



RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

Objeto: Contratação de Leiloeiro Público Oficial, pessoa física ou jurídica devidamente credenciada na Junta Comercial do Estado do Distrito Federal – DF para preparação, organização e condução de leilão público destinado à alienação de bens imóveis e móveis inservíveis pertencentes ao Conselho Federal de Corretores de Imóveis (COFECI).

Em atenção ao pedido de esclarecimento referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 90003/2026, informamos que a presente licitação tem por objeto a contratação de Leiloeiro Público Oficial para preparação, organização e condução de futuros leilões destinados à alienação de bens IMÓVEIS e MÓVEIS inservíveis do COFECI.

1. Quanto ao envio da relação ou de uma prévia dos bens a serem leiloados, esclarecemos que, nesta fase, o certame tem por objeto a contratação de Leiloeiro Público Oficial. A definição final dos bens a serem alienados, a formação dos lotes e a fixação dos valores mínimos de venda são de competência do COFECI e ocorrerão conforme a necessidade e conveniência da Administração, durante a vigência contratual. Assim, a relação detalhada dos bens será disponibilizada oportunamente no instrumento próprio de cada leilão.
2. Quanto à guarda e localização dos bens, o Termo de Referência prevê que a retirada dos bens arrematados será realizada no local indicado no edital do leilão, sendo que os bens serão entregues no exato local em que forem visitados. Desse modo, não há, no Pregão Eletrônico nº 90003/2026, previsão de remoção obrigatória dos bens para pátio do leiloeiro, cabendo ao arrematante os custos e providências relacionados à retirada, transporte, carregamento, desmontagem, transferência, regularização e demais atos necessários.
3. Quanto aos veículos automotores, esclarecemos que as condições específicas de cada bem, inclusive situação documental, eventuais ônus, gravames, pendências e demais informações pertinentes, constarão do edital/regulamento de cada leilão, após a definição e aprovação dos lotes pela Administração. Portanto, neste momento, não é possível afirmar genericamente que eventuais veículos serão disponibilizados com documentação em dia e livres de ônus ou pendências, pois isso dependerá das características de cada lote a ser futuramente incluído em leilão.

Brasília/DF, 28 de abril de 2026.

Rogério Ferreira Coelho
Pregoeiro